

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.240, DE 2013

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

**Autor:** Deputado DAMIÃO FELICIANO

**Relator:** Deputado MARCOS ROGÉRIO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.240 visa acrescentar o artigo 7-A ao Estatuto da Advocacia, de modo a assegurar ao advogado o gozo de trinta dias de férias anuais. Eis o teor do dispositivo:

Art. 7º - A. É direito do advogado o gozo de trinta dias de férias anuais.

§ 1º. A comunicação das férias deve ser efetuada à Ordem dos Advogados do Brasil, com antecedência mínima de trinta dias do seu início.

§ 2º. As formalidades da comunicação serão regulamentadas em provimento do Conselho Federal da OAB.

§ 3º. O advogado, que seja o único representante da parte com procuração nos autos em processo judicial, terá os prazos que corram contra si suspensos pelo período de ausência, mediante juntada do recibo da comunicação feita à OAB.

O nobre autor, Deputado Damião Feliciano, salienta a necessidade de se garantir ao advogado um período anual de descanso. Conforme destaca, embora as férias sejam asseguradas na Constituição

Federal a todos os trabalhadores, a atual sistemática dos prazos processuais não possibilita ao advogado o gozo deste direito.

Não foram apresentadas emendas.

Compete a esta Comissão o exame quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República. Não há nada a reparar quanto à constitucionalidade material.

No tocante à juridicidade, o meio escolhido é adequado para atingir o objetivo pretendido, o conteúdo possui generalidade, inova no ordenamento jurídico e é harmônico com os princípios gerais do Direito.

A técnica legislativa está em plena harmonia com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, é importante esclarecer que embora o novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor a partir de 17 de março de 2016, possua finalidade parecida à pretendida pela presente proposição, o artigo 220 da Lei nº 13.105, de 2015, trata apenas da suspensão de prazo no período de 20 de dezembro e 20 de janeiro. O referido dispositivo não permite a escolha de outro período para gozo de férias por parte do advogado.

Assim, a proposta merece todos os aplausos. O exercício da advocacia representa a prestação de serviço de inegável interesse público e social, valendo lembrar que, nos termos do artigo 133 da Lei Maior, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

Não se pode olvidar que os advogados, assim como todo e qualquer profissional, necessitam de um período de repouso sob pena de ter comprometida a própria atividade desempenhada. Há, neste sentido, uma justa demanda da categoria pela suspensão dos prazos processuais durante o período voltado ao gozo das férias. A sistemática atual, a exigir o constante monitoramento dos processos em curso na primeira e segunda instâncias, impede o efetivo descanso.

No mais, a suspensão dos prazos solicitada não prejudicará a celeridade processual, pois bem se sabe, atualmente, ser a demora na prestação jurisdicional muito mais consequência da elevada quantidade de feitos nas varas e secretarias dos tribunais do que resultado de eventual prazo concedido ao patrono da causa.

Ademais, para evitar que o processo seja prejudicado com pedidos sucessivos de suspensão, apresento emenda que impede que o mesmo processo seja suspenso, dentro do período de um ano, por mais de uma vez, ainda que o advogado o substabeleça sem reserva de poderes.

Em relação à técnica legislativa, esclareço apenas não ser adequado o uso de ponto após o numeral indicativo de artigos e parágrafos.

Ante o quadro, meu voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto Lei nº 5.240, de 2013. No mérito, pela aprovação, com emenda.

Sala da Comissão, em 07 de abril de 2015.

Deputado MARCOS ROGÉRIO  
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**PROJETO DE LEI Nº 5.240, DE 2013**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil

**EMENDA Nº 1**

Acrescenta-se o parágrafo 4º ao artigo 7º-A do Projeto de Lei n.º 5.240/2013.

§ 4º. O mesmo processo não poderá, dentro do período de um ano, ser suspenso por mais de uma vez, ainda que o advogado o substabeleça sem reserva de poderes.

Sala da Comissão, em 06 de abril de 2015.

Deputado **Marcos Rogério**  
Relator